

Os direitos dos índios Kayapó

Carlos Alberto Ricardo

No último mês índios da nação Kayapó atacaram três vezes invasores de seus territórios e ocuparam grande espaço nos jornais, rádios e televisões do País. Primeiro foram os Txukaramãe do Parque Nacional do Xingu que, no dia 9 de agosto, mataram 11 peões que tocavam um desmatamento em terras que os índios consideram suas. Depois foram os Gorotire que, na segunda-feira, dia 1.º de setembro, destacaram 105 de seus jovens e empreenderam uma expedição de fiscalização na fronteira leste de sua reserva de 2,7 milhões de hectares ao sul do Pará e que, aos poucos, vem sendo invadida por fazendeiros. Agredidos por empregados da fazenda, revidaram: 20 brancos foram mortos, entre eles três mulheres e cinco crianças. Finalmente, confirmando as previsões da semana passada, os Xikrin da reserva Cateté, também no Pará, saquearam a Fazenda Japonesa no último sábado, dia 6 e prometeram: caso as madeiras envolvidas na exploração ilícita de mogno, dentro da reserva, não se retirarem, vai haver mais violência.

A imprensa informou fartamente o quadro em que se inscrevem as atitudes violentas dos Kaiapó: em todos os casos, os índios reclamam, já cansados de tantas e tantas promessas não cumpridas pela FUNAI, seus legítimos direitos de usufruírem das terras que lhes pertencem desde tempos imemoriais.

Os Txukaramãe tiveram seu território cortado pela estrada BR-080 no início dos anos 70. Nessa ocasião o então presidente da FUNAI, o gen. Bandeira de Melo, de triste memória, consumou a expropriação das terras dos Txukaramãe, ao norte do traçado da estrada e as liberou para a implantação de fazendas. Esses índios nunca se conformaram com isso e prometeram lutar pela expulsão dos invasores e pela recuperação da integridade do seu território. Já em 1973 o líder Raoni declarou à imprensa: "Txukaramãe não quer matar ninguém. Nós queremos é viver em paz para cuidar das nossas famílias e das nossas roças. Mas se caraíba (homem branco) invadir a nossa terra, a gente mata mesmo, porque ela sempre foi nossa e nunca precisamos pedi-la para ninguém". (OESP, 5-12-73). De lá para cá, aconteceram vários pequenos conflitos até que, em 77, depois de ocuparem a fazenda Agropexim, os representantes Txukaramãe

conseguiram uma promessa nos gabinetes de Brasília: a fazenda seria desativada aos poucos, a área demarcada e devolvida. Até que isso se completasse, os índios exigiram que cessassem os desmatamentos na área. Mas os desmatamentos continuaram e as terras não foram devolvidas. Até que os 11 peões pagaram com suas vidas pela cobiça dos fazendeiros.

Os Gorotire não agrediam seus vizinhos desde o início dos anos 50. A recíproca já não é verdadeira. Seu território, embora reservado durante o governo Jânio Quadros, até hoje não foi demarcado. Depois de muitas promessas, no início desse ano a FUNAI entregou a demarcação à firma paulista PATRAT que alterou limites de rios para diminuir a reserva e deixou 1 milhão de dívidas, em nome do órgão, nas cidades vizinhas. Segundo o chefe do posto da FUNAI na área, a firma abriu falência e deixou muitos peões no meio da mata. Em julho, esses índios expulsaram, sem violências, 300 garimpeiros que exploravam ouro de aluvião ilegalmente dentro da reserva. Alguns garimpeiros estavam na área há seis anos (!). Consumada a expulsão, a FUNAI chegou para conferir e desativou cinco pistas de pouso clandestinas dentro da reserva. Mas as invasões não pararam aí. O território Gorotire é rico, não só em minérios, mas também em madeira e terras roxas para a agricultura. Esses índios já estão cercados: ao norte pelo projeto de colonização da Andrade Gutierrez (400 mil has). Ao sul está a fazenda Rio Dourado da Volkswagen, Bradesco, Frigorífico Atlas (alemão) e outros grupos, com 160 mil has. A oeste, o Instituto de Terras do Pará loteou mais de 500 mil has. A fronteira leste, onde ocorreu o conflito, médios empresários e madeireiros pouco a pouco foram se instalando, documentos em punho fornecidos pela própria FUNAI de que não havia índios na área. Há dois meses alguns fazendeiros foram expulsos pelos Gorotire, com apoio de indigenistas da FUNAI. Mas os invasores voltaram com 600 homens e reiniciaram os desmatamentos para a formação de pastagens para o gado. Correu na região que o proprietário da Fazenda Espadilha traria 1.800 homens para o desmatamento. Irritados e inseguros, os chefes Gorotire, Canhoco e Totoí, comandaram a expedição que deveria inspecionar em que pé estavam esses desmatamentos. Na sede da fazenda Espadilha, abordaram alguns trabalhadores. Conforme as várias versões dadas pela imprensa, os índios trataram de saquear, de pe-

dir comida, de se informar sobre os desmatamentos e cortar o cabelo de um empregado. Cenas aliás bastante comuns, em períodos de tensão, na relação dos grupos Kayapó com os brasileiros da região. Acontece que esses empregados eram novatos, vindos de outras paragens, sem costume de lidar com esses índios. Falaram grosso e agrediram com faca e machado. Foi o estopim para a violência dos jovens Txukaramãe, de 12 a 15 anos, de uma geração que até agora não participara de nenhum ataque, mas que todas as noites, na aldeia, escuta longos discursos dos mais velhos a respeito dos massacres que os brancos fizeram contra os Kayapó no passado.

Agora a temperatura esquenta na área dos Xikrin e a morosidade com que as invasões são tratadas pela FUNAI só interessa ao invasores e podem levar esse grupo Kayapó a recrudescer suas ações.

Desse quadro lamentável de violências resulta uma lição muito clara, apontada pelos próprios Kayapó, como também pela imensa maioria dos quase 150 povos indígenas de acordo com os interesses dos próprios índios e garantir sua inviolabilidade. Não se trata de "confinar" os índios em reserva-zoológicas, como muitas vezes alegam os inimigos dos índios, com o intuito de desprestigiar as demarcações. Trata-se de reconhecer aos índios um direito pelo qual eles vêm lutando: territórios coletivos, extensos, contínuos e inalienáveis. Bases seguras a partir das quais esses povos possam reproduzir seus modos próprios de ser e, ao mesmo tempo, elaborar suas relações com a sociedade nacional brasileira.

Mas essa lição parece que não consta da cartilha do presidente da FUNAI que aproveitou a violência praticada pelos Kayapó para lançar um brado revanchista contra os povos indígenas no Brasil: "Vamos congelar as reservas". Isto é, vamos oficializar o esbulho generalizado dos territórios indígenas de todo o País. Dessa arremetida revanchista participaram os fazendeiros e outros setores da sociedade local, mas também os jornais O ESTADO DE SÃO PAULO (dia 4) e JORNAL DA TARDE (dia 9) que abriram o espaço nobre dos seus editoriais a interesses antindígenas. Não

há espaço aqui para refutar a má fé contida nesses editoriais, ponto por ponto. Apenas chamo a atenção para um ponto: o Estadão defende a tese de que os índios estão abusando do privilégio que lhes é concedido legalmente, de não gozarem de cidadania plena. Esse jornal sugere que os índios descobriram a impunidade, que matar branco não dá cadeia e lançaram-se numa espécie de escalada guerreira. E vai mais além: sugere transformar também a questão indígena num caso de polícia. Nada mais absurdo. Pensando bem, nem tanto, afinal para aqueles que pensam os índios como gente de quinta categoria, como gente que vai desaparecer mesmo, nada mais lógico do que equipará-los logo aos demais setores marginalizados da população brasileira para incluí-los no âmbito da repressão.

Afinal, aquilo que o Estadão chama de "irresponsável privilégio indígena", aplica-se mais adequadamente a inúmeras práticas de violências impunes na nossa sociedade. Não é de hoje que gente fina até pratica seus crimezinhos, mas nunca vai parar na cadeia. E o Esquadrão da Morte? E os agressores do prof. Dalmo Dallari?

Não estou com isso querendo justificar a violência praticada pelos Kayapó. Eles constituem uma sociedade com regras próprias e tratarão de punir internamente os excessos praticados, como aliás já anunciaram seus líderes pela imprensa. E os crimes contra os Kayapó, vão continuar? A seguir as regras de sempre, crime contra índios no Brasil nunca dá cadeia. Em 1500 os índios no território que veio a ser Brasil, eram possivelmente 5 milhões. Hoje são apenas 200 mil. Os Kayapó, ainda no século passado, somavam mais de 100 mil. Hoje, todos os sub-grupos juntos atingem 2.200. O que aconteceu aos demais? Mestiçaram-se? Integraram-se à geléia geral brasileira? Não. Foram exterminados de diversas formas. No entanto, os que sobraram, teimam em sobreviver. Muitos deles já não são mais os índios de antigamente. Mas também, os tempos mudaram. O que importa é que povos como os Kayapó estão em fase de recuperação da sua população e dos seus direitos à terra e à auto-determinação. Ainda que se transformando, vão permanecer como povos distintos, no Brasil. O raciocínio não é que ainda existem índios no Brasil. A história recente quer dizer que vários povos indígenas estão aí para ficar. Isso exige de nossa parte, reflexão, diplomacia e sobretudo, democracia.